



---

## ***Todos juntos podemos ler*** **um programa que promove a inclusão** **nas bibliotecas escolares portuguesas**

---

### **ABSTRACT**

A inclusão é apontada, por vários organismos internacionais, como uma prioridade a ter em conta nas políticas educativas de cada país. Portugal tem feito um percurso no sentido de respeitar essas orientações e os compromissos assumidos, publicando legislação com uma abordagem abrangente do conceito de «inclusão» e monitorizando a sua implementação nas comunidades educativas. As bibliotecas escolares, enquanto estruturas do Ministério da Educação, integram nos seus planos de ação projetos de promoção da leitura dirigidos a públicos específicos e cujo objetivo é a integração de todos os alunos, criando condições para que possam usufruir integralmente dos benefícios da leitura. Neste artigo, apresentamos os resultados do projeto «Todos Juntos Podemos Ler», implementado em 62 escolas, nos últimos cinco anos. Apesar de se verificarem áreas a melhorar, os relatórios de avaliação apontam para um forte impacto do projeto na melhoria das aprendizagens dos alunos e na afirmação da biblioteca escolar como estrutura de inovação pedagógica e indutora do conhecimento.

*Key-words:* inclusive education, school libraries, reading promotion, innovation, learning improvement

### **1. INTRODUÇÃO**

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, e ratificada por Portugal em 1990, os «Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação» (UNICEF, 2019, p. 23),



assegurando-lhe igualdade de oportunidades. Ao longo dos anos, a promoção do acesso a uma educação de qualidade tem sido objeto de uma reflexão ampla a nível internacional, verificando-se evolução do conceito de «inclusão» e, por conseguinte, das práticas nas escolas.

Segundo a UNESCO (2019), a inclusão é um processo dinâmico que visa promover uma educação de qualidade para todos e eliminar todas as formas de exclusão. Como tal, pressupõe que o sistema educativo se altere para se adaptar ao aluno e, desse modo, contribuir para a ultrapassagem de obstáculos que podem impedir a aprendizagem. Como é referido no *Manual para garantir a equidade e a inclusão na educação* (UNESCO, 2019), a educação inclusiva de qualidade constitui o ODS 4 da Agenda 2030 da ONU e um meio para alcançar todos os outros objetivos de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, os governos de cada país são convocados para definirem políticas educativas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso a uma educação de qualidade, independentemente dos obstáculos que seja necessário ultrapassar.

Em Portugal, as políticas definidas têm procurado responder aos desafios da UNESCO, de formas diversas, mas complementares. Por um lado, publicando-se legislação que induz a mudanças de práticas nas escolas e nas comunidades educativas; por outro, promovendo o desenvolvimento de práticas inclusivas, que vão sendo reajustadas de acordo com os contextos emergentes.

O compromisso assumido, no nosso país, com a educação inclusiva foi reiterado através da publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que define como prioridade do programa do XXI Governo Constitucional «a aposta numa educação inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social». A publicação desta legislação confirma o vínculo já assumido por Portugal na ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reafirmada na «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015, mas afasta-se



da abordagem unidimensional que previa a inclusão como simples participação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais nas escolas regulares. Este decreto-lei propõe uma abordagem multinível no acesso ao currículo, baseada em modelos curriculares flexíveis, na adoção de medidas de apoio à aprendizagem com diferentes níveis de intervenção e na monitorização dessas medidas.

A realidade com que Portugal se defronta nos últimos anos (chegada de muitas crianças e jovens oriundos de outros países por motivos socioeconómicos e também de guerra) tem exigido do país novas respostas. No sentido de incluir todos os alunos, com especial destaque para os migrantes e refugiados (no ano letivo de 2019/2020, de acordo com Santos et al. (2022), o número de alunos de nacionalidade estrangeira matriculados no ensino básico e secundário era de 68 018, representado 6,7% do total dos alunos), e de evitar qualquer forma de exclusão, a UNICEF recomenda a Portugal que a legislação nacional garanta «o acesso pleno e igual a todas as crianças à educação inclusiva e de qualidade no sistema formal de educação, incluindo o acesso a programas de recuperação e oportunidades de aprendizagem aceleradas, independentemente de seu status de asilo ou migração» (UNICEF, 2019, p.3). Com a mesma preocupação, o Conselho Nacional de Educação (2022) publicou um conjunto de recomendações a serem operacionalizadas através de medidas concretas relacionadas com uma política educativa para a inclusão, um desenvolvimento curricular que sustente a inclusão, uma comunidade educativa ampla e diversificada para a inclusão, uma formação pensada e adequada para a inclusão e a promoção do ensino das línguas como meios indispensáveis à inclusão.

As bibliotecas escolares, em Portugal, são recursos fundamentais para o desenvolvimento das políticas educativas e, neste sentido, para o desenvolvimento de práticas inclusivas nas escolas. A Rede de Bibliotecas Escolares, programa responsável pela instalação e governança destes espaços, destaca, no conjunto dos valores expressos no seu Quadro Estratégico 2021-2027, o «reconhecimento e valorização da diversidade na sua pluralidade, criando condições para o desenvolvimento e participação de todos» (Rede de Bibliotecas Escolares, 2021, p. 31).



Como se verifica pelos diferentes documentos produzidos, pelos seus planos de ação e pelos projetos desenvolvidos, a Rede de Bibliotecas Escolares procura acompanhar as orientações internacionais, nomeadamente as que são sugeridas pela IFLA, no Manifesto para a Biblioteca Escolar:

As bibliotecas escolares do ensino básico e secundário devem assegurar o acesso equitativo aos espaços de aprendizagem, aos seus recursos e a oportunidades de aprendizagem diferenciadas, independentemente da idade, raça, género, religião, orientação ou identidade sexual, incapacidade, nacionalidade, língua, estatuto profissional, económico ou social. Aos utilizadores que, por qualquer motivo, não possam utilizar os serviços e materiais convencionais da biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos. (IFLA, 2021, p.1)

A criação e a sustentabilidade de espaços físicos e digitais inclusivos, assim como o desenvolvimento de programas de promoção da leitura, numa relação intrínseca com a escrita e a comunicação, são linhas de ação definidas pela Rede de Bibliotecas Escolares para o limite temporal de 2027. O sucesso destas ações conta, naturalmente, com a capacidade de criar e manter parcerias dentro e fora do Ministério da Educação, as quais permitem agregar sinergias que contribuem para o desenvolvimento integral e de competências para a vida de todos os alunos.

A criação de espaços físicos e digitais inclusivos passa pela adaptação do mobiliário, da coleção da biblioteca escolar, dos serviços e do equipamento que oferece a todos os seus utilizadores, tendo em consideração as especificidades de cada escola e respetivo contexto. A promoção da leitura ocupa um espaço essencial nas linhas de ação da Rede de Bibliotecas Escolares e, por conseguinte, de todas as bibliotecas escolares. De facto, vários estudos demonstram que existe uma relação direta entre os hábitos de leitura e o domínio de competências leitoras e o sucesso pessoal e escolar dos alunos, uma vez que a leitura promove o desenvolvimento de muitas



---

competências transversais (Krashen, 2004). Portanto, de acordo com as Diretrizes da IFLA,

Os alunos com dificuldades na leitura necessitam de materiais de leitura alternativos e, em alguns casos, podem exigir dispositivos especiais de leitura. O bibliotecário escolar deve ser capaz de cooperar com professores especializados para apoiar as necessidades de leitura desses alunos. O bibliotecário escolar deve também apoiar os professores no seu trabalho com a leitura em sala de aula indo ao encontro das metas locais e nacionais (por exemplo, recomendando livros apropriados para projetos de leitura e livros que apoiem as metas da língua do país). (IFLA, 2015, p.47)

Em linha com estas orientações e com a preocupação de desenvolver projetos de promoção da leitura inclusivos, a Rede de Bibliotecas Escolares lançou, há mais de uma década, o projeto «Todos Juntos Podemos Ler».

## **2. «TODOS JUNTOS PODEMOS LER»: APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

«Todos Juntos Podemos Ler» é um projeto de promoção da leitura e da escrita inclusivas, desenvolvido nas bibliotecas escolares, em articulação com diferentes parceiros, dentro e fora da escola.

O projeto-piloto teve origem numa parceria entre o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares e os Serviços de Educação Especial e de Apoios Socioeducativos da Direção Geral da Educação, no ano letivo de 2011/2012, e foi desenvolvido em cinco agrupamentos de escolas da área metropolitana de Lisboa, tendo como pilar fundamental a colaboração pedagógica entre os professores bibliotecários e os professores de educação especial. Inicialmente o projeto tinha os seguintes objetivos:

- Dotar as bibliotecas escolares de recursos adequados, em diferentes formatos acessíveis aos alunos com necessidades educativas especiais;



- Desenvolver boas práticas de promoção da leitura, tendo em conta as capacidades e necessidades individuais dos alunos;
- Partilhar práticas, recursos e materiais pedagógicos inclusivos.

O sucesso da implementação do projeto verificado no ano de 2011/2012 permitiu o seu alargamento nos anos subsequentes. Este alargamento foi conseguido com a colaboração do Plano Nacional de Leitura, um programa interministerial de promoção da leitura, o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação PT. Mais recentemente tornaram-se parceiros a Fundação Altice Portugal e a Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial. A partir de 2011/2012, foi lançada uma candidatura anual a todos os agrupamentos/escolas não agrupadas da rede escolar pública, que podem solicitar financiamento para a aquisição de fundo documental, *software*, equipamentos específicos e consumíveis.

Com o tempo, o projeto ampliou o seu âmbito de atuação e passou a abranger a inclusão na vertente da interculturalidade. Esta ampliação resultou do facto de estarem a ser integrados nas escolas portuguesas muitos estrangeiros (migrantes e refugiados) e de ser necessário atuar junto de alunos de etnia cigana. Os objetivos passaram a ser os seguintes:

- Fomentar a participação e o aumento de oportunidades de leitura com todos atendendo à diversidade de leitores, expectativas e necessidades;
- Incentivar a realização de práticas de leitura e de escrita em distintos contextos, formatos e suportes acessíveis, promovendo a equidade e a inclusão;
- Mobilizar os meios específicos necessários para o desenvolvimento da leitura autónoma e por prazer;
- Contribuir para uma educação inclusiva através do aumento da participação no processo de aprendizagem e na vida da comunidade.

Os projetos apresentados, com a duração de dois anos letivos, contemplam a seguinte informação:

- Diagnóstico que desencadeia a apresentação do projeto;
- Síntese do projeto;



- Elementos que integram a equipa dinamizadora;
- Intervenientes;
- Objetivos;
- Ações a desenvolver;
- Metodologias/estratégias a utilizar;
- Impactos esperados;
- Parcerias;
- Formas de divulgação;
- Orçamento do projeto;
- Parecer da Direção do Agrupamento de Escolas.

As candidaturas são selecionadas de acordo com a qualidade global do projeto, a contribuição para o desenvolvimento consistente de programas inclusivos de leitura e escrita, bem como o seu impacto na comunidade escolar. Constituem critérios de seriação dos projetos:

- A experiência da biblioteca escolar na dinamização de práticas de leitura e de escrita promotoras da equidade e da inclusão;
- A existência de práticas consistentes de leitura, adequadas às necessidades e potencialidades dos destinatários;
- A abrangência aos diferentes níveis de educação/ensino do agrupamento/escola;
- A constituição de uma equipa multidisciplinar para o desenvolvimento do projeto;
- O envolvimento de diversos atores educativos (crianças e jovens, docentes, famílias), implicando práticas colaborativas;
- A constituição de parcerias com escolas, autarquias, bibliotecas municipais e/ou outras instituições/entidades;
- A divulgação e a partilha de atividades e materiais produzidos no âmbito do projeto.

Desde o início do projeto, foram contemplados 130 agrupamentos/escolas não agrupadas, que incluem 440 bibliotecas e envolveram mais de 12000 alunos, como se pode verificar na figura 1.



Figura 1: Agrupamentos/bibliotecas abrangidos pelo projeto «Todos Juntos Podemos Ler»

Ano letivo	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	Total
Agrupamentos Integrados	5	10	22	20	15	15	11	10	12	10	130
Bibliotecas Escolares	17	41	80	73	53	51	32	40	27	26	440
Número de alunos	557	938	2331	2284	1199	1723	645	642	716	1197	12232

A avaliação dos projetos é feita pelas escolas através da submissão de um relatório que contempla as seguintes áreas:

- Grau de concretização dos objetivos;
- Grau de concretização das ações;
- Destinatários das ações;
- Avaliação dos impactos;
- Avaliação da eficácia do projeto;
- Formas de divulgação

Todos os projetos são acompanhados pelos Coordenadores Interconcelhios, *in loco*, e monitorizados pela equipa coordenadora nacional do projeto, que desenvolve um trabalho de acompanhamento à distância e em presença, na:

- Preparação da documentação relativa à avaliação diagnóstica e à implementação do projeto no agrupamento;
- Realização de visitas aos agrupamentos para acompanhar o desenvolvimento dos projetos;
- Realização de Encontros do Projeto “Todos Juntos Podemos Ler” com vista à divulgação e partilha de saberes, experiências e recursos no âmbito da promoção da leitura e da inclusão;
- Preparação do formulário de avaliação intermédia e final a realizar pelas equipas responsáveis pela sua execução;
- Elaboração de um “Relatório de Avaliação” de execução do projeto, divulgado anualmente nos Encontros do Projeto.





### 3. FINALIDADE DA PESQUISA

Para conhecer de forma aprofundada os projetos que estão a ser implementados em Portugal, no âmbito da candidatura “Todos juntos podemos Ler”, e para identificar potencialidades e fragilidades que possam permitir melhorar a ação da equipa da Rede de Bibliotecas Escolares, procedeu-se à análise das sessenta e duas candidaturas das escolas/ agrupamentos de escolas aprovadas nos últimos cinco anos letivos, a saber: 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022. Uma vez que é, igualmente, importante conhecer os impactos destes projetos, fez-se também a análise dos sessenta e dois relatórios enviados pelas escolas.

Esta análise foi feita através da técnica de análise documental, pelo que se procedeu à recolha das planificações dos projetos e respetivos relatórios de avaliação. Os dados qualitativos destes dois tipos de documentos permitiram-nos fazer descrições e explicações ricas (Yin, 2003).

Todos os dados documentais foram ordenados e arquivados. A figura 2 apresenta os diversos aspetos em análise.

**Figura 2 – *Corpus* documental**

<b>Documentos</b>	<b>Dados recolhidos</b>
Candidaturas da Escolas/ Agrupamentos de Escolas dos anos letivos 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022	<ul style="list-style-type: none"><li>- Objetivos</li><li>- Ações</li><li>- Metodologia</li><li>- Impactos esperados</li><li>- Recursos necessários</li></ul>
Relatórios das Escolas/ Agrupamentos de Escolas dos anos letivos 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	<ul style="list-style-type: none"><li>- Objetivos<ul style="list-style-type: none"><li>● Alcançados</li><li>● Não alcançados</li></ul></li><li>- Ações<ul style="list-style-type: none"><li>● Concretizadas</li><li>● Não concretizadas</li></ul></li><li>- Eficácia do projeto<ul style="list-style-type: none"><li>● Contributo para a melhoria das aprendizagens</li><li>● Participação dos intervenientes</li></ul></li></ul>



---

<b>Documentos</b>	<b>Dados recolhidos</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>● Envolvimento da comunidade escola</li><li>● Afirmação da biblioteca como estrutura de inovação pedagógica e indutora do conhecimento</li></ul>

A análise destes documentos permitiu alcançar um melhor entendimento do fenómeno que se pretendia investigar.

### **3.1. TRATAMENTO DOS DADOS**

A natureza qualitativa dos dados recolhidos – candidaturas criadas pelas escolas/ agrupamentos de escolas e relatórios de avaliação – implicou uma análise cuidadosa e criteriosa, pois só uma organização sistemática os poderia tornar compreensíveis, isto é, permitiria a sua interpretação. Este trabalho de análise foi feito através da análise de conteúdo dos documentos recolhidos, com vista à categorização dos dados em temas descritivos (Anderson, 1994). Esta análise de conteúdo permitiu fazer inferências, válidas e replicáveis, (Krippendort, citado por Vala, 1999), possibilitando a descrição objetiva e sistemática do seu conteúdo, e, conseqüentemente, a sua interpretação (Bardin, 2004).

Procedeu-se a um processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados recolhidos (Miles & Huberman, 2003), tendo-se segmentado os dados em unidades significativas, que foram categorizadas de forma indutiva, de acordo com uma estrutura organizativa, que decorreu sobretudo dos próprios dados.

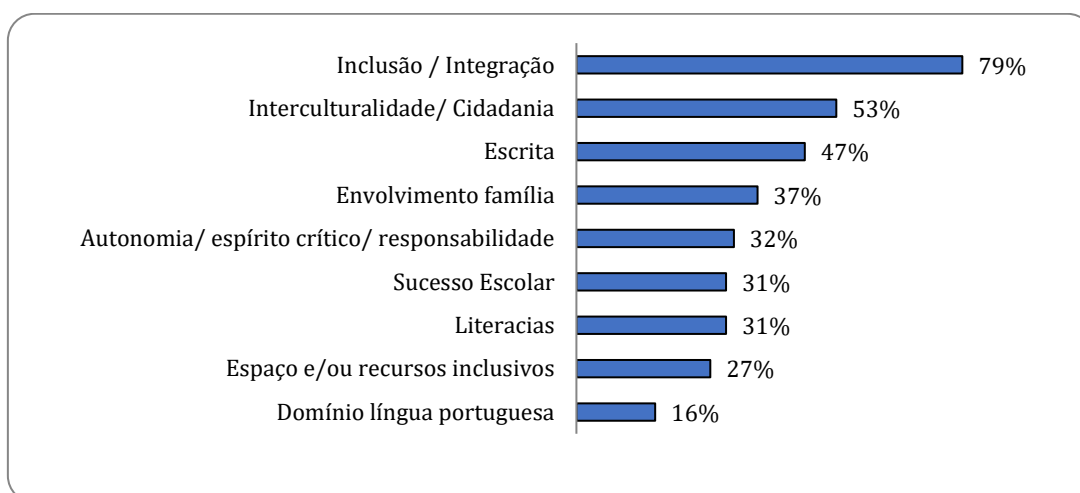
## **4. DISCUSSÃO**

Procede-se agora à apresentação e discussão dos resultados obtidos. Nesse sentido, foi efetuada a leitura dos dados recolhidos, de modo a descrever e a analisar as metodologias de trabalho privilegiadas pelas escolas/ agrupamentos de escolas nos projetos “Todos juntos podemos ler”, identificando potencialidades e fragilidades, assim como a avaliar o seu impacto.



Relativamente às candidaturas apresentadas, os dados mostram claramente que o objetivo preferencial das escolas/ agrupamentos de escolas é o de melhorar a leitura dos alunos envolvidos, com 97% das escolas a apontar este objetivo para os seus projetos. Segue-se, tal como se pode comprovar na tabela 1, a definição de objetivos que se prendem com a inclusão e integração dos alunos, com 79% das escolas a selecionar este objetivo, a interculturalidade e cidadania, com 53%, e o desenvolvimento da competência de escrita com 47%.

Tabela 1 – Objetivos das candidaturas



Em menor percentagem, mas ainda significativa, surgem objetivos que se prendem com: o envolvimento da família (37%); o desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e sentido crítico dos alunos envolvidos (32%); a promoção do sucesso escolar dos alunos e o desenvolvimento de literacias (ambas com 31%); a criação/disponibilização de espaços e recursos inclusivos (27%); e com uma percentagem menor o domínio da língua portuguesa (16%).

Os dados obtidos mostram a preocupação das escolas de responderem aos desafios lançados pela Rede de Bibliotecas Escolares nesta candidatura, nomeadamente o de



fomentar a participação e o aumento de oportunidades de leitura com todos os alunos, promovendo a equidade e a inclusão.

Relativamente às ações implementadas pelas escolas para a concretização dos seus projetos, a análise de conteúdo das candidaturas permitiu identificar catorze categorias que permitem fazer a caracterização destas ações. A criação de livros e de recursos em formatos diversificados foi a ação com maior incidência, com 43 escolas a implementarem esta ação, o que corresponde a 69%, seguida da dinamização de sessões de trabalho com os alunos envolvidos nos projetos, em 68% dos casos, como se pode verificar na tabela 2.

Tabela 2 – Tipologia de ações definidas pelas escolas



De entre as ações propostas pelas escolas, destaca-se ainda a dinamização de oficinas, de diferentes tipologias, de acordo com o perfil dos alunos, nomeadamente oficinas de conversação, de escrita, de desenho e de utilização de ferramentas e recursos digitais, bem como a apresentação e divulgação à comunidade dos recursos e trabalhos criados, em 55% das escolas.

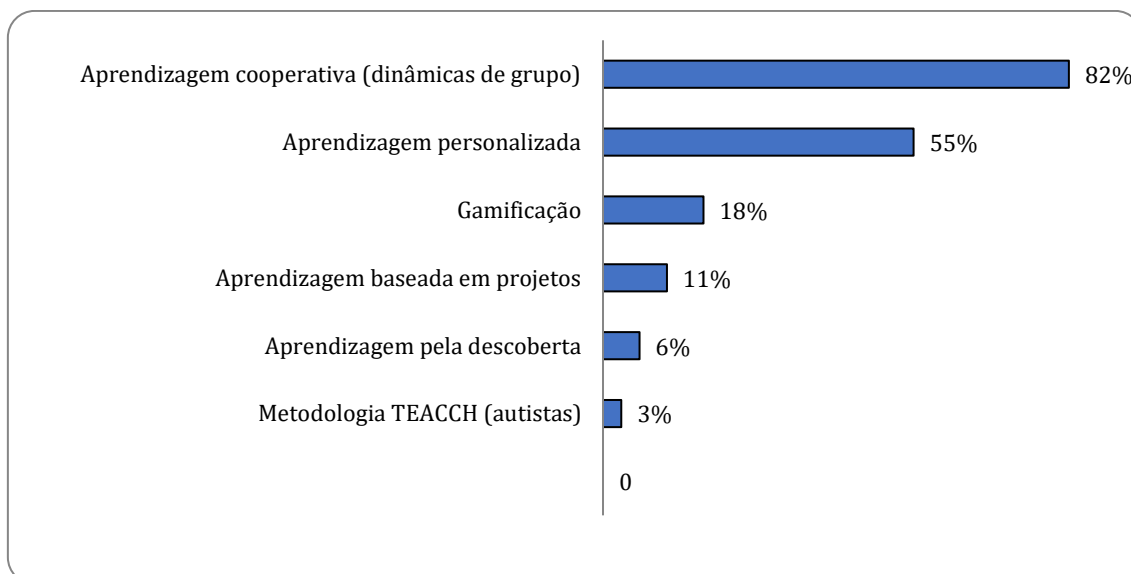


Surgem, ainda, outras ações de diferentes tipologias e com diferentes destinatários, a saber: a dinamização de debates, o reconto de obras lidas ou a sua dramatização (com 45%); a criação de diários e de portefólio (34%); a organização de clubes de leitura, tertúlias ou encontros com escritores (24%) ou de sessões para/com pais e famílias (21%); a criação de jornais escolares ou a participação em programas de rádio escola ou rádio local (16%); a dinamização de concursos (13%); a realização de visitas de estudo (11%); a criação de bolsas de voluntários de leitura (10%); a formação dos professores envolvidos nos projetos (8%); e o apadrinhamento/mentoria (5%).

De entre esta diversidade de ações, existem dois objetivos comuns. Por um lado, dinamizar ações que envolvam diretamente os alunos abrangidos pelo projeto e, por outro, o envolvimento dos professores, por exemplo através da dinamização de ações de formação específica, e de outros parceiros externos, como por exemplo as rádios locais ou os padrinhos, no sentido de os envolver na consecução dos projetos.

No que diz respeito à metodologia usada para a implementação destes projetos, verificou-se uma preferência pela aprendizagem cooperativa, escolhida por 51 escolas (82%), seguida pela aprendizagem personalizada, com 34 escolas a selecionarem esta metodologia, o que corresponde a 55%.

Tabela 3 – Metodologia a implementar





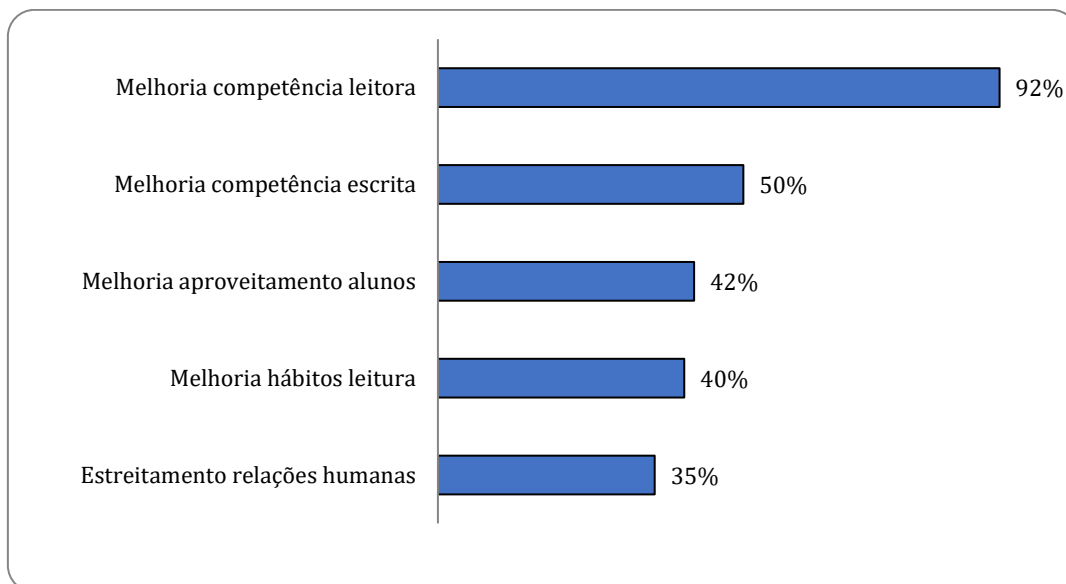
Com menor relevância, como se pode comprovar na tabela 3, surgiram ainda a gamificação (18%); a aprendizagem baseada em projetos (11%); a aprendizagem pela descoberta (6%); e a metodologia TEACCH, destinada a alunos autistas (2 escolas, o que corresponde a 3%).

A escolha das metodologias adequa-se à tipologia dos projetos, pois, para além das questões da leitura e da escrita, pretende-se, também, uma educação inclusiva, em que os alunos se sintam integrados e participem no processo de aprendizagem e na vida da comunidade, isto é, são abordagens mais centradas nos alunos, que têm em conta o seu perfil (Jacobs & Renandya, 2019), de que são exemplo a aprendizagem colaborativa e a aprendizagem personalizada.

De facto, a aprendizagem cooperativa baseia-se no trabalho de grupo e na criação de equipas que trabalham para um objetivo comum. Uma das características desta metodologia é que os alunos se entreejudam e aprendem a confiar uns nos outros para atingir um objetivo definido, pelo que é uma estratégia de ensino-aprendizagem que se adequa a estes projetos (Bessa & Fontaine, 2002). Esta metodologia favorece a socialização na sala de aula, estimula a autonomia e desenvolve competências cognitivas e socioemocionais (Fontes & Freixo, 2004). Por seu lado, a aprendizagem personalizada adapta as estratégias e recursos ao perfil de cada aluno, tendo em conta as suas necessidades e interesses, focando-se num ensino mais individual, que se adequa às formas de aprender e ao ritmo dos alunos (Maslow, 2019).

No que diz respeito aos impactos esperados com os projetos, as escolhas das escolas centram-se em 5 áreas principais: a melhoria competência leitora, da competência escrita, do aproveitamento escolar dos alunos e dos hábitos leitura, bem como o estreitamento das relações humanas, como se pode constatar a partir da análise da tabela 4.

Tabela 4 – Impactos esperados com a implementação do projeto



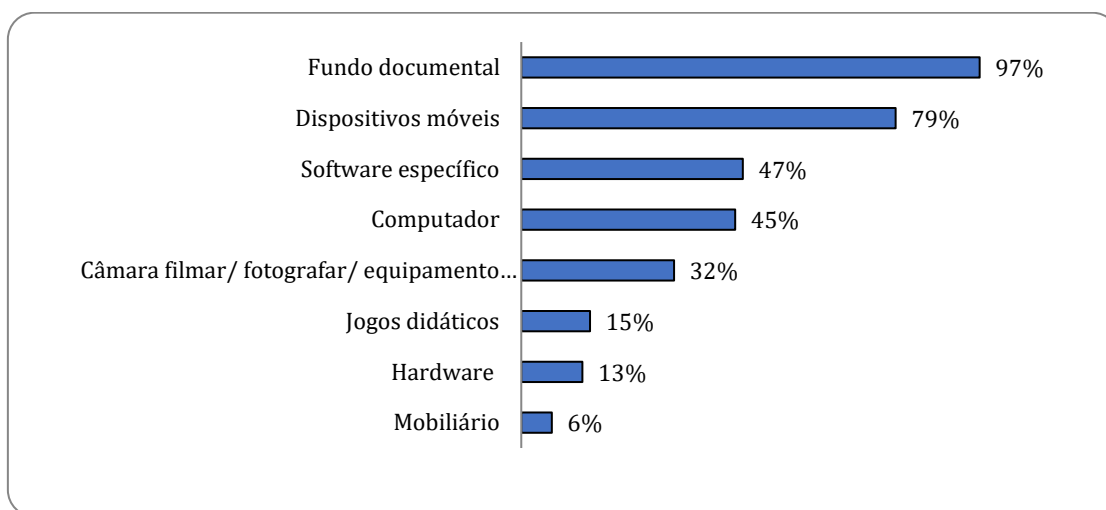
A esmagadora maioria das escolas (92%) selecionou como impacto esperado a melhoria da competência de leitura dos alunos, seguindo-se a competência escrita (50%). Relacionados com estes impactos, na área da leitura e da escrita estão a melhoria do aproveitamento escolar dos alunos (42%) e dos seus hábitos de leitura (40%). De realçar que as escolas definiram ainda como impacto esperado o estreitamento das relações humanas, relativamente aos alunos envolvidos no projeto (35%).

Finalmente, no que diz respeito à última categoria identificada na análise de conteúdo, recursos necessários para a implementação do projeto, a maior parte das escolas (60 escolas, o que corresponde a 97%), com a verba atribuída pelo projeto, comprou fundo documental, escolhido de acordo com a tipologia das ações a desenvolver com os alunos. Esta escolha articula-se com um dos principais objetivos da candidatura “Todos juntos podemos ler”, que é o de fomentar a leitura e o prazer de ler, atendendo à diversidade de leitores, expectativas e suas necessidades.

São ainda selecionados como recursos necessários os dispositivos móveis (79%) e os computadores (45%) que permitem diversificar as práticas de leitura e de escrita em distintos contextos, bem como equipamentos que permitem criar novas propostas de

leitura e escrita, de que são exemplo as câmaras de filmar e fotografar e equipamento para gravação de áudio (32%).

Tabela 5 – Recursos que as escolas necessitam para implementar os projetos



As escolas propuseram, ainda, como se pode verificar na tabela 5, a aquisição de *software* (47%) e *hardware* (13%) específicos para apoio a alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e que, por circunstâncias de natureza física, sensorial, cognitiva, socioemocional e cultural, revelam dificuldades na utilização da leitura e da escrita. Surge ainda a categoria dos jogos didáticos (15%) que está relacionada com projetos específicos das escolas que envolvem a utilização lúdica do jogo como ferramenta de aprendizagem. Quatro escolas pedem ainda a aquisição de mobiliário (6%), para fazer face às necessidades das bibliotecas escolares e à necessidade de fazer a adaptação do seu espaço aos projetos aprovados.

Em síntese, pode afirmar-se que existe um equilíbrio entre as candidaturas das escolas, quer relativamente aos objetivos que definem e às ações que delineiam para a sua concretização, quer nos impactos esperados e os pressupostos do projeto “Todos juntos podemos ler”, que visa envolver os diferentes atores educativos em

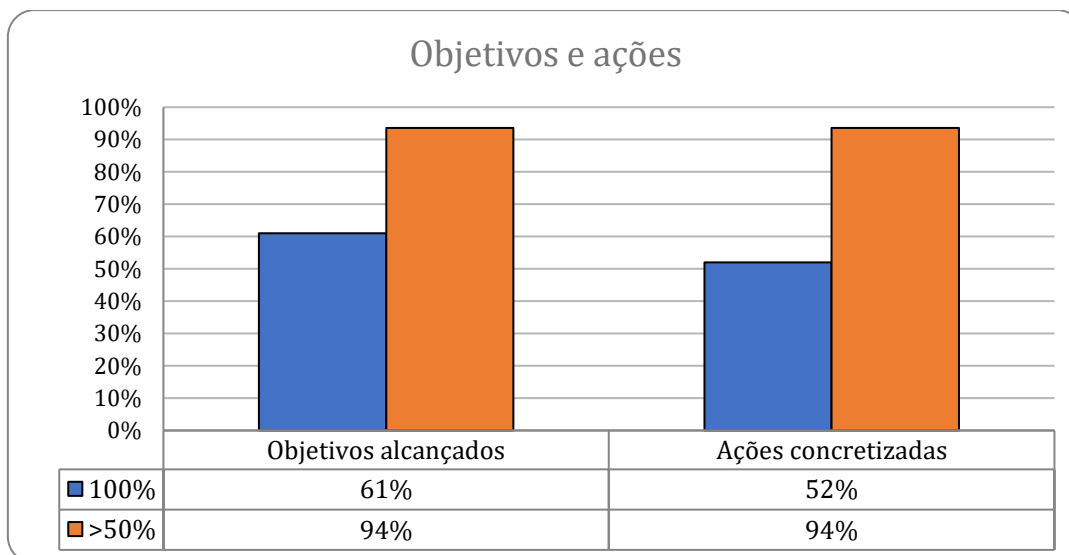


programas de desenvolvimento dos níveis de literacia, respeitando a equidade na definição de objetivos, métodos e estratégias que garantam a participação efetiva de todos os alunos.

Após a conclusão dos projetos, as escolas foram convidadas a elaborar um relatório de avaliação, tendo em conta a consecução dos objetivos traçados, a realização das ações planificadas e a eficácia do projeto (cf. figura 2).

Relativamente à concretização dos objetivos e ações definidos para cada um dos projetos das escolas, a avaliação que é feita aponta para uma percentagem de execução total na ordem dos 61%, com 38 escolas a confirmarem a consecução de todos os objetivos definidos e 52% a concretização de todas as ações, o que corresponde a 32 escolas. De realçar que 94% das escolas concretizaram pelo menos 50% dos objetivos e respetivas ações, como se pode verificar na tabela 6.

Tabela 6 – Objetivos alcançados e ações concretizadas

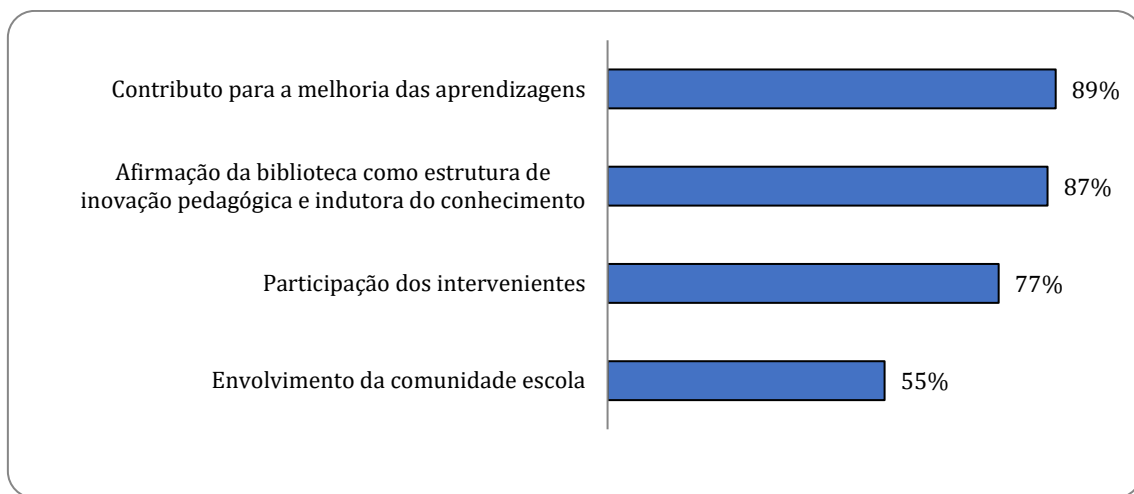


No que diz respeito à eficácia do projeto, os quatro parâmetros em análise - contributo para a melhoria das aprendizagens, participação dos intervenientes, envolvimento da comunidade escola e afirmação da biblioteca – foram considerados alcançados por



grande parte da escola, com destaque para o papel que os projetos tiveram para a melhoria do sucesso escolar dos alunos envolvidos (89%) e para a afirmação da biblioteca como estrutura de inovação pedagógica e indutora do conhecimento (87%), como revelam os dados da tabela 7.

Tabela 7 – Eficiência do projeto



De realçar, ainda, uma elevada participação dos diferentes intervenientes, alunos, professores, técnicos, entre outros (77%) e algum envolvimento da comunidade escolar (55%).

## 5. IMPLICAÇÕES E CONCLUSÕES

A análise dos dados recolhidos, ao longo dos últimos cinco anos letivos, aponta para um impacto positivo dos projetos implementados no âmbito da candidatura “Todos juntos podemos ler”, como comprovam os dados recolhidos nos relatórios de avaliação com destaque para uma taxa de consecução total dos objetivos em 64% das escolas. Os objetivos definidos pelas escolas, nos seus projetos, articulam-se com as metas definidas pela Rede de Bibliotecas Escolares para esta candidatura e materializam-se



em projetos que visam fomentar a competência da leitura e da escrita, em ambientes inclusivos, em que são eliminadas todas as formas de exclusão (UNESCO, 2019), com a coordenação da biblioteca escolar, enquanto parceira dos professores e dos técnicos envolvidos. O papel que a biblioteca escolar assume nestes projetos, enquanto estrutura de inovação pedagógica e indutora do conhecimento, é inegável, como demonstram os dados dos relatórios (cf. tabela 7).

Através destes projetos são trabalhadas, para além da leitura, da escrita e das diferentes literacias, as questões relacionadas com a cidadania e a interculturalidade, fomentando a autonomia, a responsabilidade e o espírito crítico dos alunos, em articulação com as famílias e, sempre que possível, com a comunidade. É por isso que a maioria das escolas (89%) refere que os projetos contribuíram de forma eficaz para a melhoria das aprendizagens e, conseqüentemente, para o sucesso escolar dos alunos envolvidos.

Os dados apontam para a importância dos critérios definidos pela Rede de Bibliotecas Escolares para a seleção dos projetos, na fase de candidatura, em que são tidos em conta, para além da qualidade global do projeto, a contribuição para o desenvolvimento consistente de programas inclusivos de leitura e de escrita, bem como o seu impacto na comunidade escolar. Estes critérios asseguram a qualidade dos projetos e balizam a ação das escolas, levando-as a privilegiar a dinamização de práticas de leitura e de escrita adequadas às necessidades e potencialidades dos destinatários e promotoras da equidade e da inclusão, como o apoio da biblioteca escolar. Estas ações contam com a constituição de uma equipa multidisciplinar para o desenvolvimento do projeto e o envolvimento de diversos atores educativos (crianças e jovens, docentes, famílias), sendo valorizada a criação de parcerias com outros parceiros, de que são exemplo as autarquias ou as bibliotecas municipais.

Em síntese, os dados recolhidos mostram que as potencialidades desta candidatura se prendem com três aspetos centrais:

1. Inclusão e igualdade de oportunidades: esta candidatura enfatiza a importância da inclusão e da igualdade de oportunidades, seguindo as diretrizes estabelecidas pela UNESCO (2019). Reconhecendo a diversidade dos alunos e a necessidade de garantir uma educação acessível e equitativa para todos,



os projetos apresentados pelas escolas promovem políticas e práticas inclusivas.

2. Impacto positivo nas aprendizagens dos alunos: os projetos tiveram um impacto positivo nas aprendizagens dos alunos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das competências da leitura e da escrita. O domínio de competências leitoras tem impacto no sucesso pessoal e escolar dos alunos e promove o desenvolvimento de muitas competências transversais (Krashen, 2004). Foram criadas situações de aprendizagem enriquecedoras e relevantes, que permitiram que os alunos, independentemente da sua religião, deficiência, nacionalidade, situação económica ou social (IFLA, 2021) alcançassem o seu pleno potencial.
3. Biblioteca no centro do processo educativo: os projetos apresentados mostram a importância da biblioteca escolar como um elemento central no processo educativo, pioneira na diversificação de práticas e de metodologias de trabalho. Este espaço, onde se criam as condições para o desenvolvimento e a participação de todos (Rede de Bibliotecas Escolares, 2021), é inclusivo por natureza e aí se favorece a interculturalidade, se promovem ambientes de aprendizagem modernos e inovadores e se disponibilizam recursos adequados a cada utilizador.

Estes três aspetos centrais, presentes nos projetos analisados, mostram que a candidatura da Rede de Bibliotecas Escolares, “Todos juntos podemos ler”, promove uma abordagem abrangente e o compromisso em garantir uma educação inclusiva, com o apoio da biblioteca escolar.

Relativamente às fragilidades, foram identificadas três áreas que devem ser tidas em conta pela Rede de Bibliotecas Escolares, para que, no futuro, estes aspetos menos positivos possam ser colmatados, a saber:

1. Número elevado de ações por concretizar: uma das fragilidades detetada na análise dos dados é o grande número de ações por concretizar (apenas 52% das escolas realizaram todas as ações previstas). Apesar das intenções e



propostas presentes nas candidaturas, a implementação efetiva de todas as iniciativas ficou aquém do desejável, pelo que será necessário refletir sobre os motivos que estão na origem desta situação e que se podem prender com a falta de recursos, físicos e/ou humanos, ou dificuldades de planeamento. Importa, por isso, no futuro, fazer o levantamento exaustivo das situações que levaram à não execução de todas as ações.

2. Não diversificação das metodologias educativas: outra fragilidade identificada é a pouca diversificação das metodologias selecionadas pelas escolas, nos seus projetos. Para promover uma aprendizagem efetiva, é essencial adotar abordagens pedagógicas variadas e inovadoras.
3. Reduzido envolvimento da comunidade escolar: o envolvimento da comunidade escolar é fundamental para o sucesso destes projetos, nomeadamente a participação dos pais, dos professores e de outros membros da comunidade, pois só assim se criará um ambiente colaborativo e enriquecedor. É importante identificar estratégias eficazes para envolver e motivar todos os atores

Face ao exposto, e no sentido de melhorar as fragilidades detetadas, sugere-se que a Rede de Bibliotecas Escolares disponibilize documentação relativa às áreas em que os resultados são mais fracos, nomeadamente a planificação das ações, a diversificação de metodologias e a implementação de estratégias para envolver a comunidade escolar nos projetos da biblioteca. Os coordenadores interconcelhios poderão assumir um papel importante no acompanhamento das escolas, assegurando apoio na fase de planificação dos projetos, mas também na sua implementação, monitorização e avaliação.

## **6. REFERÊNCIAS**

Anderson, G. (1994). Case Study. In G. Anderson (Org), *Fundamentals of educational research* (pp. 157-164). The Falmer Press.

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Edições 70.



Bastos, G. (2014). *Promoting Inclusion in School Libraries*. [https://doi: 10.29173/iasl7873](https://doi.org/10.29173/iasl7873)

Bessa, N. & Fontaine, A. (2002). *Cooperar para aprender. Uma introdução à aprendizagem cooperativa*. Edições ASA.

Carvalho, R. M. B. T. (2016). *Biblioteca escolar inclusiva e leitura para todos* [Tese de Mestrado, Universidade Aberta].  
[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6401/1/MGIBE\\_RuiTavaresCarvalho.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6401/1/MGIBE_RuiTavaresCarvalho.pdf)

Cheung, S. K. S., Lee, L.-K., Simonova, I., Kozel, T., & Kwok, L.-F. (Eds.). (2019). *Blended learning: Educational innovation for personalized learning* (Vol. 11546). Springer.

Comissão Europeia (2019). *Inclusão nas escolas: um guia para a igualdade de oportunidades*. Comissão Europeia.

Conselho Nacional de Educação. (2022, 29 de junho). Recomendação n.º 3/2022.  
[https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao\\_n.3\\_Diario\\_da\\_Republica.pdf](https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_n.3_Diario_da_Republica.pdf)

Decreto-Lei n.º 54/2018 da Presidência do Conselho de Ministros: Regime jurídico da educação inclusiva (2018). Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, 2918-2928. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>

Fontes, A. & Freixo, O. (2004). *Vygotsky e a Aprendizagem Cooperativa. Uma forma de aprender melhor*. Livros Horizonte.

IFLA. (2015). *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar* (2ª edição revista).  
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>



- IFLA. (2021). *IFLA School Library Manifesto*. [https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla\\_school\\_manifesto\\_2021.pdf](https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla_school_manifesto_2021.pdf)
- Jacobs, G. M., & Renandya, W. A. (2019). *Student centered cooperative learning: Linking concepts in education to promote student learning*. Springer.
- Krashen, S. (2004). *The power of reading: Insights from the research (2ª ed.)*. Heinemann.
- Maslow, A. H. (2019). *Personality And Growth. A Humanistic Psychologist in The Classroom*. Maurice Bassett.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (2003). *Qualitative data analysis. A sourcebook of new methods*. Newbury Park, CA: Sage.
- Ministério da Educação de Portugal (2021). *Inclusão nas escolas: políticas e práticas*. Ministério da Educação.
- Mitchell, D., & Wilcox, G. (2016). *Supporting Inclusion in the Classroom*. Routledge.
- Monteiro, L., & Silva, J. (2021). *Leitura e escrita na escola: uma abordagem interdisciplinar*. Asa.
- Rede de Bibliotecas Escolares (2021, junho). *Bibliotecas Escolares: presentes para o futuro. Programa Rede de Bibliotecas Escolares: Quadro estratégico: 2021-2027*. [https://rbe.mec.pt/np4/?newsId=890&fileName=qe\\_21.27.pdf](https://rbe.mec.pt/np4/?newsId=890&fileName=qe_21.27.pdf)
- Santos, L., Mineiro, J. P., Batalha, J., & Reis, J. (2022, junho). *Recomendação sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva*. [https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao\\_Acolhimento\\_migrantes\\_escola\\_inclusiva.pdf](https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao_Acolhimento_migrantes_escola_inclusiva.pdf)



51ª Conferência Anual da Associação Internacional de Biblioteconomia Escolar e do 26º Fórum Internacional de Investigação sobre Biblioteconomia Escolar Roma, Itália 17-21 de julho de 2023

**Participação da Rede de Bibliotecas Escolares:  
Artigo**

---

UNESCO (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação.*

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508>

UNICEF Portugal. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos*

*Facultativos.* [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf)

UNICEF Portugal. (2020, junho). *Educação: Acesso a uma Educação de Qualidade.*

[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Agenda\\_Europeia\\_Migracoes/Documentos/unicef\\_educacao\\_de\\_qualidade.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Agenda_Europeia_Migracoes/Documentos/unicef_educacao_de_qualidade.pdf)

Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Org.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 102-128). Edições Afrontamento.

Yin, R. (2003). *Case study research: design and methods*. Sage Publications.